



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

050

15
mr

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 162664-2/01

EMBARGANTE: BANCO RURAL S/A

EMBARGADO: ANTÔNIO ALVES PEREIRA DA SILVA

RELATOR: DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Terceira Câmara Cível

EMENTA: Civil e Processual Civil – Embargos de Declaração – Recurso de Agravo – Omissão – Comprovadamente foram analisadas todas as questões colocadas – Prequestionamento – Nítida ausência dos pressupostos necessários para o acolhimento dos aclaratórios – Mesmo para efeito de prequestionamento os embargos devem observar os limites impostos pelo Art. 535, CPC – Recurso conhecido, porém rejeitado – Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração de nº 162664-2/01, que têm como embargante BANCO RURAL S/A e embargado(a) ANTÔNIO ALVES PEREIRA DA SILVA, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em conhecer, porém rejeitar os aclaratórios, tudo na conformidade do relatório e voto anexo que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife,

11/12/2008

Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

16
m
051

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 162664-2/01

EMBARGANTE: BANCO RURAL S/A

EMBARGADO: ANTÔNIO ALVES PEREIRA DA SILVA

RELATOR: DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Terceira Câmara Cível

Relatório:

O Banco Rural S/A opôs Embargos de Declaração apontando contradição e omissão no julgado proferido nos autos do Recurso de Apelação Cível nº 162664-2.

Aduz o embargante que a decisão embargada está em contradição face a não sucessão integral do Banco Mercantil e omissa quanto a data de aniversário da conta poupança, fls. 02/07.

É o Relatório.

Recife,

11/12/2009

Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

052
17

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 162664-2/01

EMBARGANTE: BANCO RURAL S/A

EMBARGADO: ANTÔNIO ALVES PEREIRA DA SILVA

RELATOR: DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Terceira Câmara Cível

VOTO:

Na verdade o embargante pretende rediscutir a matéria que foi devidamente tratada no referido julgado, como se pode concluir do acórdão vergastado:

"EMENTA: Civil e Processo Civil – Apelação Cível – Ação de Cobrança – Poupança – Expurgos Inflacionários – Planos Econômicos – Correção Monetária – Obrigação do estabelecimento bancário em expedir os documentos comprobatórios dos depósitos.

- Preliminar de inépcia da inicial: não instrução da petição inaugural com os documentos indispensáveis à propositura da ação – Preliminar rejeitada – Decisão unânime.

- Preliminar de inépcia da inicial da impossibilidade de cumular pedido declaratório com pedido "liminar" de exibição de documentos – Aplicação do Art. 356 do CPC – Desnecessário o processamento apartado de pedido de apresentação de documentos – Preliminar rejeitada – Decisão unânime.

- Preliminar de ilegitimidade passiva ad causam – Da denunciação a lide do Banco Mercantil S/A – Caderneta de Poupança – É do banco depositário ou do seu sucessor a legitimidade para figurar no pólo passivo da ação que busca a atualização referente aos Planos Econômicos de 1987, 1989 e março de 1990 (Planos Bresser, Verão e Collor I, respectivamente) – Preliminar rejeitada – Decisão unânime.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

053 / 18 m

- Preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam*, em face do litisconsórcio passivo necessário do Banco Central e da União Federal e conseqüentemente, da Competência da Justiça Federal para o julgamento do feito – Desmembramento processual - Cumulou a parte pedidos diversos de diferentes jurisdições, cabendo a Justiça Estadual a apreciação dos índices relativos a junho/1987, janeiro/1989 e março de 1990 (de responsabilidade dos Bancos), e restando à Justiça Federal a apreciação das diferenças relativas aos mês de abril/1990 (de responsabilidade do BACEN) – Orientação Jurisprudencial – Preliminar rejeitada – Decisão unânime.

- Preliminar de prescrição do direito – O prazo prescricional, nos casos de cobrança de diferenças oriundas de cadernetas de poupança, é vintenário, de acordo com o art. 177 do Código Civil de 1916, correspondente ao art. 205 do Código Civil de 2002 – Inteligência Jurisprudencial – Preliminar rejeitada – Decisão unânime.

- Mérito – Poupança – Planos Bresser, Verão e Collor I – Correção Monetária – Aplicação do CDC – Inversão do Ônus da Prova - Hipossuficiência do consumidor – A regra contida no artigo 333, inciso I, do CPC, que incumbe ao autor a prova do fato constitutivo do seu direito, é mitigada ante as hipóteses reguladas pelo Código de Defesa do Consumidor (Art.6º, VIII) - Quanta a matéria pertinente a esta Jurisdição, isto é, correção da poupança pelo índice IPC, nos meses de junho/1987, janeiro/1989 e março/1990 – Sentença em consonância com a Jurisprudência Pretoriana – Impossibilidade de aplicar-se a sucumbência recíproca – Sentença mantida – Apelo não provido – Decisão unânime”.

Como visto, as razões dos presentes embargos não merecem prosperar, pois, o Acórdão, como todos sabem, é composto não só pela ementa, somam-se os Relatórios, Votos e discussões, caso existentes. Portanto, apreciando as fls.141/165 do Recurso de Apelação, ter-se-á uma visão completa do julgamento.

Não há, portanto, omissão, contradição, ou obscuridade a ser sanada. Conforme jurisprudência desta corte, mesmo que os Embargos de Declaração pretendam prequestionar a matéria, deve-se observar os limites impostos pelo Art. 535, CPC:



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

054

19
m

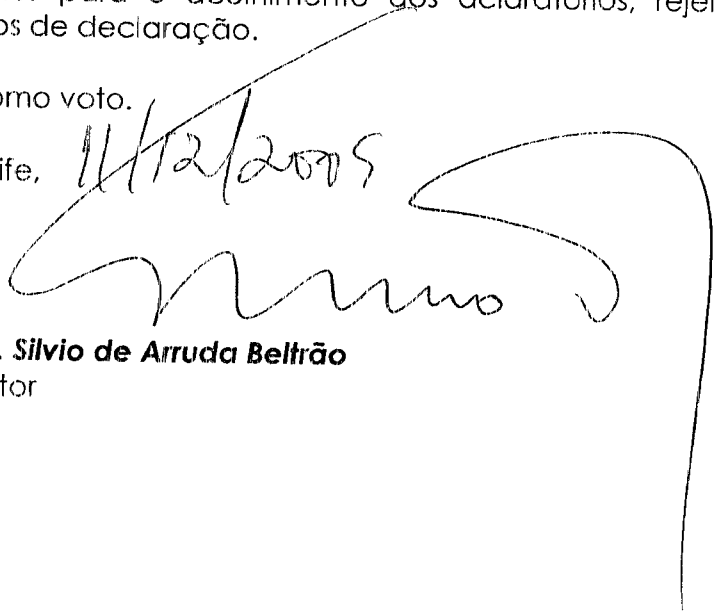
"EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÃO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ QUE ADMITE AÇÃO DIRETA DA VÍTIMA CONTRA SEGURADORA. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DO ARTIGO 535 DO CPC. EMBARGOS IMPROVIDOS. UNÂNIMIDADE. - Embargos declaratórios não se prestam a adequar a decisão ao entendimento do embargante. E mesmo quando visem ao prequestionamento, não podem ultrapassar os contornos do art. 535 do CPC. - Embargos improvidos. Unanimidade". (Embargos de Declaração nº 75259-4/01, Relator do Acórdão: Des. José Fernandes, Órgão Julgador: Quinta Câmara Cível, Publicação: Nº DJ: 199 Data da Publicação: 21/10/2003).

No mesmo sentido, entre tantos, os seguintes arestos: Embargos de Declaração nº 162193-8/02; Embargos de Declaração nº 163499-9/02; Embargos de Declaração nº 151476-5/0; Embargos de Declaração nº 49519-2/01.

Pelo exposto, e diante da nítida ausência dos pressupostos necessários para o acolhimento dos aclaratórios, rejeito os presentes embargos de declaração.

É como voto.

Recife, 11/12/2005


Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Relator